

1. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Sobre a organização do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme o Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- A) A sede do Tribunal está localizada na capital e sua competência está limitada à Região Metropolitana.
- B) O Tribunal é composto apenas pelo Tribunal Pleno e pelo Órgão Especial.
- C) O Regimento Interno não regula a instrução de ações originárias.
- D) O Tribunal é composto por no máximo 100 Desembargadores.
- E) O Tribunal tem competência em todo o território estadual e é composto, entre outros, por 135 Desembargadores.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. Segundo o artigo 3º, a sede do TJPR é na capital, mas sua competência se estende a todo o território do Estado.

Alternativa B – Incorreta. De acordo com o artigo 4º, o Tribunal é composto por diversos órgãos, como Tribunal Pleno, Órgão Especial, Seções, Câmaras, Conselho da Magistratura, entre outros.

Alternativa C – Incorreta. O artigo 1º do Regimento dispõe que ele regula expressamente a instrução e julgamento das ações originárias e dos recursos.

Alternativa D – Incorreta. O artigo 4º, inciso X, estabelece que o TJPR é composto por 135 Desembargadores.

Alternativa E – Correta. Conforme artigo 4º, inciso X, o TJPR tem competência em todo o Estado e é composto por 135 Desembargadores.

GABARITO: LETRA E

2. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Segundo o Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa correta quanto à composição da cúpula diretiva.

- A) A Ouvidoria-Geral integra a cúpula diretiva do Tribunal.
- B) A cúpula diretiva é formada apenas pelo Presidente e pelo 1º Vice-Presidente.
- C) A cúpula diretiva é composta exclusivamente por membros do Órgão Especial.
- D) A Corregedoria-Geral e a Corregedoria fazem parte da cúpula diretiva.
- E) A cúpula diretiva é formada por seis integrantes, incluindo o Procurador-Geral de Justiça.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A Ouvidoria-Geral é órgão do Tribunal conforme o artigo 4º, inciso V, mas não integra a cúpula diretiva.

Alternativa B – Incorreta. A cúpula diretiva é composta por mais de dois membros.

Alternativa C – Incorreta. A composição da cúpula diretiva é distinta do Órgão Especial.

Alternativa D – Correta. O artigo 5º prevê que integram a cúpula diretiva: Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor.

Alternativa E – Incorreta. O Procurador-Geral de Justiça não integra a cúpula diretiva do TJPR.

GABARITO: LETRA D

3. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Assinale a alternativa correta, conforme o Regimento Interno do TJPR, sobre a competência do Presidente.

- A) O Presidente não participa dos julgamentos do Órgão Especial.
- B) O Presidente deve integrar obrigatoriamente a distribuição de processos no Órgão Especial.
- C) O Presidente pode decidir liminarmente sobre matérias do Órgão Especial durante o recesso forense.
- D) O Presidente não pode criar comissões temporárias.
- E) O Presidente não pode editar normas sobre concursos públicos.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O artigo 11, inciso VIII, prevê que o Presidente preside e participa das sessões do Órgão Especial.

Alternativa B – Incorreta. O artigo 9º, parágrafo único, dispõe que o Presidente não participa da distribuição de processos do Órgão Especial.

Alternativa C – Correta. O artigo 11, inciso XIV, alínea “c”, determina que o Presidente decide pedidos de liminar durante o recesso forense em processos de competência do Órgão Especial e das Seções.

Alternativa D – Incorreta. O artigo 11, inciso XVI, permite expressamente que o Presidente crie comissões temporárias.

Alternativa E – Incorreta. O artigo 11, inciso XI, alínea “b”, estabelece que o Presidente pode editar normas relativas aos concursos do Poder Judiciário.

GABARITO: LETRA C

4. (ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o Regimento Interno do TJPR, quem substituirá o Presidente em caso de impedimento do 1º e 2º Vice-Presidentes?

- A) O Procurador-Geral de Justiça.
- B) O Corregedor-Geral da Justiça.
- C) O Corregedor.
- D) O Ouvidor-Geral.
- E) O Desembargador mais antigo que não exerça os cargos de Corregedor-Geral ou de Corregedor.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Procurador-Geral de Justiça não pertence à estrutura do Tribunal nesse aspecto.

Alternativa B – Incorreta. O Corregedor-Geral não integra a linha de substituição da presidência em caso de impedimento sucessivo.

Alternativa C – Incorreta. O Corregedor também não é substituto imediato conforme o Regimento.

Alternativa D – Incorreta. O Ouvidor-Geral não integra a linha sucessória da presidência.

Alternativa E – Correta. Conforme artigo 10, parágrafo único, em caso de impedimento do Presidente, do 1º e do 2º Vice-Presidentes, assume o Desembargador mais antigo que não exerça os cargos de Corregedor-Geral ou de Corregedor.

GABARITO: LETRA E

5. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Segundo o Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa correta quanto à disposição dos assentos nas sessões do Tribunal.

- A) O Desembargador mais antigo senta-se à esquerda da bancada.
- B) O Corregedor-Geral senta-se à direita do Presidente nas sessões.
- C) Os Juízes Substitutos sentam-se ao lado do Procurador-Geral, independentemente da antiguidade.
- D) A disposição dos assentos é livre, conforme preferência do Presidente.
- E) O Desembargador mais antigo ocupa a primeira cadeira à direita na bancada.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O artigo 6º, §1º, dispõe que o Desembargador mais antigo senta-se à direita.

Alternativa B – Incorreta. Conforme o artigo 6º, o Corregedor-Geral senta-se à esquerda do Presidente.

Alternativa C – Incorreta. O artigo 6º, §4º, prevê que a posição dos Juízes Substitutos obedece critérios de antiguidade e não preferência pessoal.

Alternativa D – Incorreta. A disposição dos assentos segue critérios formais e objetivos estabelecidos no Regimento.

Alternativa E – Correta. Conforme artigo 6º, §1º, o Desembargador mais antigo ocupa a primeira cadeira à direita da bancada.

GABARITO: LETRA E

6. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Em caso de impedimento do Presidente e do 1º Vice-Presidente do TJPR, segundo o Regimento Interno, quem assumirá a presidência do Tribunal?

- A) O Corregedor-Geral da Justiça
- B) O Presidente do Órgão Especial
- C) O 2º Vice-Presidente
- D) O Procurador-Geral de Justiça
- E) O Desembargador mais moderno

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Corregedor-Geral da Justiça não é o substituto imediato.

Alternativa B – Incorreta. O Presidente do Órgão Especial não está previsto como substituto na linha sucessória.

Alternativa C – Correta. O artigo 10, parágrafo único, estabelece que na ausência do Presidente e do 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente.

Alternativa D – Incorreta. O Procurador-Geral de Justiça não integra a estrutura de substituição da presidência do TJPR.

Alternativa E – Incorreta. O Desembargador mais antigo só assume se o 2º Vice-Presidente também estiver impedido.

GABARITO: LETRA C

7. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme o Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa que não representa uma atribuição do Presidente do Tribunal.

- A) Participar dos julgamentos de matérias constitucionais no âmbito do Órgão Especial
- B) Proferir voto de desempate em julgamentos administrativos e cíveis
- C) Homologar licitações e firmar contratos administrativos
- D) Votar nos processos em tramitação nas câmaras criminais
- E) Designar juízes para mutirões ou comarcas em regime de exceção

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O artigo 11, inciso XII, garante essa atribuição ao Presidente.

Alternativa B – Incorreta. O artigo 11, inciso X, confere ao Presidente o voto de qualidade e o de desempate.

Alternativa C – Incorreta. A homologação de licitações está prevista no artigo 11, inciso V.

Alternativa D – Correta. O Presidente não integra nem participa dos julgamentos das câmaras criminais.

Alternativa E – Incorreta. Conforme artigo 11, inciso XVII, alínea "a", o Presidente pode designar juízes para mutirões ou regime de exceção.

GABARITO: LETRA D

8. (ELABORADA PELO PROFESSOR) O Regimento Interno do TJPR permite ao Presidente delegar atribuições administrativas. Sobre essa delegação, assinale a alternativa correta.

- A) A delegação só pode ocorrer em situações de ausência do Presidente.
- B) O Presidente pode delegar, mas perde o direito de avocar o processo.
- C) A delegação só é válida mediante aprovação do Órgão Especial.
- D) A delegação é possível como instrumento de desconcentração, sem perda dos poderes do delegante.
- E) A delegação só pode ser feita a membros da cúpula diretiva.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A delegação não se limita a ausências do Presidente.

Alternativa B – Incorreta. O artigo 11, inciso XX, alínea “c”, permite que o Presidente avocque o caso mesmo com a delegação em vigor.

Alternativa C – Incorreta. A delegação é feita por ato do Presidente, não dependendo da aprovação do Órgão Especial.

Alternativa D – Correta. Conforme artigo 11, inciso XX, alínea “a”, a delegação é instrumento de desconcentração, sem perda dos poderes pelo delegante.

Alternativa E – Incorreta. A delegação pode ser feita a diversos servidores, não apenas à cúpula diretiva.

GABARITO: LETRA D

9. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Sobre o poder do Presidente do TJPR de atuar como Relator, assinale a alternativa correta conforme o Regimento Interno.

- A) O Presidente é relator de todos os processos cíveis em grau de recurso.
- B) O Presidente pode relatar arguições de impedimento de membros do Ministério Público.
- C) O Presidente somente atua como relator em matérias orçamentárias.
- D) O Presidente atua como relator nos pedidos de gratificação de servidores.
- E) O Presidente não atua como relator de reclamações contra cobranças de taxas judiciais.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Presidente não é relator de todos os processos cíveis, apenas de alguns específicos.

Alternativa B – Correta. O artigo 11, inciso XIII, alínea “a”, inclui como atribuição relatar arguições contra Procuradores de Justiça e o Procurador-Geral.

Alternativa C – Incorreta. A matéria orçamentária não limita o campo de relatoria do Presidente.

Alternativa D – Incorreta. A concessão de gratificação é uma atribuição administrativa, mas não tem relação com relatoria.

Alternativa E – Incorreta. O artigo 11, inciso XIII, alínea “e”, confere ao Presidente essa atribuição.

GABARITO: LETRA B

10. (ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa correta quanto às designações que o Presidente pode realizar.

- A) Não pode designar juízes para atuar em precatórios.
- B) Pode designar até 10 juízes auxiliares para a Corregedoria.
- C) Não pode designar Desembargador para substituir membro do Órgão Especial.
- D) Pode designar Juiz para exercer direção do Fórum das comarcas de entrância final.

E) Só pode designar membros da magistratura para funções administrativas mediante deliberação do Tribunal Pleno.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O artigo 11, inciso XVII, alínea “g”, permite a designação de juiz para atuar em precatórios.

Alternativa B – Incorreta. O parágrafo único do artigo 11 fixa o limite de 8 juízes para auxílio à Corregedoria.

Alternativa C – Incorreta. A alínea “d” do inciso XVII autoriza a substituição de membros do Órgão Especial por designação do Presidente.

Alternativa D – Correta. A alínea “e” do inciso XVII confere ao Presidente essa atribuição.

Alternativa E – Incorreta. Não é necessária deliberação do Tribunal Pleno para essas designações específicas.

GABARITO: LETRA D

11. (ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa correta quanto às atribuições do 1º Vice-Presidente.

A) Participar exclusivamente das sessões do Tribunal Pleno, sem integrar outros órgãos.

B) Substituir o Presidente apenas nas hipóteses de vacância definitiva.

C) Presidir, por delegação, a audiência pública de distribuição dos processos.

D) Atuar como relator das ações de competência originária do Tribunal Pleno.

E) Coordenar a Política Judiciária Paranaense de Justiça Restaurativa.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O artigo 12, caput, afirma que o 1º Vice-Presidente integra também o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.

Alternativa B – Incorreta. O artigo 12, §1º, inciso I, prevê a substituição nas férias, licenças, ausências e impedimentos eventuais.

Alternativa C – Correta. O artigo 12, §2º, inciso I, prevê que o 1º Vice-Presidente, por delegação do Presidente, presidirá a distribuição dos processos em audiência pública.

Alternativa D – Incorreta. O relator de ações originárias é definido por regras específicas e não é atribuição exclusiva do 1º Vice-Presidente.

Alternativa E – Incorreta. Essa é atribuição do 2º Vice-Presidente, conforme artigo 13, inciso IV.

GABARITO: LETRA C

12. (ELABORADA PELO PROFESSOR) No que se refere às competências do 2º Vice-Presidente do TJPR, assinale a alternativa correta.

- A) Homologar pedidos de desistência de recursos antes da distribuição.
- B) Coordenar as atividades das Centrais das Medidas Socialmente Úteis – Cemsu.
- C) Realizar o juízo de admissibilidade de recursos para tribunais superiores.
- D) Disciplinar o funcionamento do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – Nugap.
- E) Gerenciar demandas repetitivas nos Juizados Especiais.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. Essa é atribuição do 1º Vice-Presidente, segundo artigo 12, §2º, inciso II.

Alternativa B – Correta. O artigo 13, inciso V, estabelece que o 2º Vice-Presidente coordena as atividades das Cemsu.

Alternativa C – Incorreta. Essa é atribuição do 1º Vice-Presidente, nos termos do artigo 12, §2º, inciso III.

Alternativa D – Incorreta. A disciplina do Nugap é responsabilidade do 1º Vice-Presidente, conforme artigo 12, §2º, inciso VI.

Alternativa E – Incorreta. Essa atribuição também é do 1º Vice-Presidente, segundo artigo 12, §2º, inciso VII.

GABARITO: LETRA B

13. (ELABORADA PELO PROFESSOR) É atribuição exclusiva do 2º Vice-Presidente do TJPR, conforme previsto no Regimento Interno:

- A) Conceder justiça gratuita nos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores.
- B) Homologar licitações no âmbito do Poder Judiciário.
- C) Coordenar a Política Judiciária Paranaense de Justiça Restaurativa.
- D) Participar como membro do Conselho da Magistratura.
- E) Designar juízes para atuação em regime de exceção.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. Essa competência é do 1º Vice-Presidente, artigo 12, §2º, inciso V.

Alternativa B – Incorreta. Essa atribuição cabe ao Presidente do Tribunal, conforme artigo 11, inciso V.

Alternativa C – Correta. O artigo 13, inciso IV, estabelece que o 2º Vice-Presidente coordena essa política.

Alternativa D – Incorreta. Apenas o 1º Vice-Presidente integra o Conselho da Magistratura (art. 12, caput).

Alternativa E – Incorreta. A designação de juízes é competência do Presidente, nos termos do artigo 11, inciso XVII.

GABARITO: LETRA C

14. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Assinale a alternativa incorreta acerca das atribuições delegadas ao 1º Vice-Presidente do TJPR.

- A) Determinar a baixa de autos.
- B) Disciplinar o funcionamento do Nugep.
- C) Processar recursos para instâncias superiores.
- D) Coordenar as atividades das Cemsu.
- E) Gerenciar demandas repetitivas nos diversos graus de jurisdição.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Correta. Prevista no artigo 12, §2º, inciso IV.

Alternativa B – Correta. Conforme artigo 12, §2º, inciso VI.

Alternativa C – Correta. Prevista no artigo 12, §2º, inciso III.

Alternativa D – Incorreta. Essa é atribuição do 2º Vice-Presidente, conforme artigo 13, inciso V.

Alternativa E – Correta. Consta no artigo 12, §2º, inciso VII.

GABARITO: LETRA D

15. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Entre as atribuições do 2º Vice-Presidente do TJPR, assinale a alternativa correta.

- A) Presidir a distribuição de processos cíveis e criminais.
- B) Coordenar o funcionamento do Nugep.
- C) Supervisionar o Sistema dos Juizados Especiais.
- D) Homologar pedidos de desistência de recursos.
- E) Apreciar pedidos de justiça gratuita em recursos extraordinários.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A presidência da distribuição é função delegável ao 1º Vice-Presidente, segundo artigo 12, §2º, inciso I.

Alternativa B – Incorreta. Essa é atribuição do 1º Vice-Presidente, conforme artigo 12, §2º, inciso VI.

Alternativa C – Correta. O artigo 13, parágrafo único, inciso I, confere ao 2º Vice-Presidente a Supervisão-Geral do Sistema dos Juizados Especiais.

Alternativa D – Incorreta. Essa função cabe ao 1º Vice-Presidente, artigo 12, §2º, inciso II.

Alternativa E – Incorreta. A competência para apreciar esses pedidos é do 1º Vice-Presidente, conforme artigo 12, §2º, inciso V.

GABARITO: LETRA C

16. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme o Regimento Interno do TJPR, qual das alternativas representa uma atribuição exclusiva do Corregedor-Geral da Justiça?

- A) Substituir o Presidente do TJPR em suas ausências.
- B) Presidir sessões do Órgão Especial.
- C) Coordenar as atividades da CEMSUs.
- D) Realizar correições ordinárias e extraordinárias, presenciais ou virtuais.
- E) Homologar licitações no âmbito do Poder Judiciário.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A substituição do Presidente é atribuição do 1º e 2º Vice-Presidentes.

Alternativa B – Incorreta. O Presidente do TJPR é quem preside o Órgão Especial, conforme o art. 11, VIII.

Alternativa C – Incorreta. A coordenação das CEMSUs cabe ao 2º Vice-Presidente, conforme art. 13, V.

Alternativa D – Correta. O art. 17, incisos III e IV, atribui ao Corregedor-Geral a realização de correições ordinárias e extraordinárias, de forma presencial ou remota (virtual).

Alternativa E – Incorreta. Homologação de licitações é competência do Presidente (art. 11, V).

GABARITO: LETRA D

17. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Sobre o prazo máximo para que uma unidade jurisdicional do TJPR não permaneça sem fiscalização da Corregedoria-Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

- A) Dois anos.
- B) Três anos.
- C) Cinco anos.
- D) Um ano.
- E) Seis meses.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Regimento não estabelece esse limite.

Alternativa B – Correta. Conforme art. 15, §4º, nenhuma unidade jurisdicional ficará sem fiscalização por mais de três anos.

Alternativa C – Incorreta. O Regimento fixa prazo inferior.

Alternativa D – Incorreta. O prazo mínimo anual não impede que o intervalo máximo seja de até três anos.

Alternativa E – Incorreta. Esse prazo não está previsto no Regimento.

GABARITO: LETRA B

18. (ELABORADA PELO PROFESSOR) A correição extraordinária, conforme o Regimento Interno do TJPR, é corretamente caracterizada por:

- A) Fiscalização eventual de natureza informal e sem registro oficial.
- B) Realização exclusiva de forma virtual em 100% das unidades.
- C) Atividade de fiscalização excepcional, previamente anunciada ou não.
- D) Fiscalização obrigatoriamente geral e nunca parcial.
- E) Atividade restrita ao foro extrajudicial.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A correição deve ser registrada e formalizada, ainda que extraordinária.

Alternativa B – Incorreta. A forma pode ser virtual, mas não é obrigatoriamente aplicada em todas as unidades.

Alternativa C – Correta. Conforme o art. 15, §2º, a correição extraordinária é uma fiscalização excepcional, podendo ou não ser previamente anunciada, e pode ser geral ou parcial.

Alternativa D – Incorreta. O §2º do art. 15 permite correição parcial.

Alternativa E – Incorreta. A fiscalização alcança tanto o foro judicial quanto o extrajudicial.

GABARITO: LETRA C

19. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Assinale a alternativa que não representa atribuição do Corregedor-Geral da Justiça, segundo o Regimento Interno do TJPR.

- A) Receber e processar reclamações contra servidores do foro judicial.
- B) Coordenar os trabalhos do NUGEPNAC.
- C) Propor ao Conselho da Magistratura o regime de exceção de comarca.
- D) Delegar poderes a Juízes para inspeções e diligências.
- E) Relatar perante o Conselho da Magistratura os processos de promoção de Juízes.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. É atribuição do Corregedor-Geral (art. 17, VII).

Alternativa B – Correta. O NUGEPNAC não é mencionado no art. 17 como atribuição do Corregedor-Geral.

Alternativa C – Incorreta. O art. 17, XXIII, atribui ao Corregedor-Geral a proposta de regime de exceção.

Alternativa D – Incorreta. O art. 17, VIII e IX, permite delegações de poderes a juízes e assessores.

Alternativa E – Incorreta. Está previsto no art. 17, XVII, alínea "a".

GABARITO: LETRA B

20. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Compete ao Corregedor, conforme o Regimento Interno do TJPR:

- A) Exercer a presidência do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.
- B) Fiscalizar e inspecionar as serventias extrajudiciais por delegação.
- C) Aprovar o Regimento da Corregedoria sem necessidade de órgão colegiado.
- D) Aplicar penas disciplinares aos Desembargadores.
- E) Substituir o Presidente do TJPR nas ausências eventuais.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. Esta é competência do 2º Vice-Presidente (art. 13, III).

Alternativa B – Correta. O art. 18, III, prevê que o Corregedor pode exercer a fiscalização dos serviços judiciais e extrajudiciais, inclusive mediante inspeções e correições delegadas.

Alternativa C – Incorreta. A elaboração das normas gerais da Corregedoria é submetida à aprovação do Conselho da Magistratura (art. 17, XXIV).

Alternativa D – Incorreta. A aplicação de penalidades a Desembargadores não é competência do Corregedor.

Alternativa E – Incorreta. A substituição do Presidente é função dos Vice-Presidentes.

GABARITO: LETRA B

21. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Sobre a atuação da Ouvidoria-Geral do TJPR, conforme o Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- A) A Ouvidoria-Geral possui atribuições correcionais concorrentes com a Corregedoria-Geral da Justiça.
- B) A Ouvidoria-Geral é responsável por instaurar sindicâncias e procedimentos administrativos.
- C) A Ouvidoria-Geral pode intermediar interações entre os órgãos do Judiciário para solução de demandas.
- D) O Ouvidor-Geral é competente para determinar penalidades disciplinares.
- E) A estrutura da Ouvidoria-Geral consta apenas da Constituição Estadual.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O art. 19, §2º, afirma que a Ouvidoria-Geral não possui poderes correcionais.

Alternativa B – Incorreta. Instaurar sindicâncias é competência da Corregedoria-Geral da Justiça.

Alternativa C – Correta. Conforme art. 20, IV, cabe à Ouvidoria intermediar interações entre os órgãos do Poder Judiciário.

Alternativa D – Incorreta. O Ouvidor-Geral não tem competência disciplinar, que é da Corregedoria.

Alternativa E – Incorreta. A estrutura da Ouvidoria-Geral consta do Regulamento do Tribunal de Justiça, segundo art. 19, §1º.

GABARITO: LETRA C

22. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Qual das seguintes opções não constitui atribuição do Ouvidor-Geral do TJPR, conforme o Regimento Interno?

- A) Garantir retorno aos usuários quanto às providências adotadas pela Ouvidoria.
- B) Encaminhar relatório periódico ao Presidente do Tribunal.
- C) Coordenar ações de melhoria no atendimento ao público.
- D) Aplicar sanções administrativas aos servidores com base em denúncias recebidas.
- E) Resguardar sigilo sobre as manifestações recebidas, salvo nos casos previstos em lei.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O art. 20, V, estabelece que o Ouvidor deve garantir retorno aos usuários.

Alternativa B – Incorreta. A previsão do relatório de atividades ao Presidente consta no art. 20, XI.

Alternativa C – Incorreta. Promover melhoria contínua no atendimento é função prevista no art. 20, I.

Alternativa D – Correta. O Ouvidor-Geral não possui poder sancionatório, conforme art. 19, §2º.

Alternativa E – Incorreta. A preservação do sigilo é determinada no art. 20, VIII.

GABARITO: LETRA D

23. (ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o Regimento Interno do TJPR, é competência do Procurador-Geral de Justiça:

- A) Relatar os processos administrativos disciplinares de servidores do Judiciário.
- B) Determinar a pauta de julgamentos do Tribunal Pleno.
- C) Tomar assento à esquerda do Presidente em todas as sessões.
- D) Oficiar nas sessões do Tribunal, diretamente ou por delegação.
- E) Substituir o Presidente do TJPR em caso de ausência.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. Essa competência é da Corregedoria-Geral.

Alternativa B – Incorreta. O controle da pauta é função do Presidente do TJPR.

Alternativa C – Incorreta. O art. 21 prevê que o Procurador-Geral toma assento à direita do Presidente, exceto nas sessões administrativas.

Alternativa D – Correta. Conforme art. 21, §1º, os Procuradores de Justiça oficiam nas sessões mediante delegação do Procurador-Geral.

Alternativa E – Incorreta. A substituição do Presidente cabe ao 1º e 2º Vice-Presidentes.

GABARITO: LETRA D

24. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Nos termos do Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa correta sobre o papel do Procurador nas sessões de julgamento.

- A) O Procurador deve se manifestar apenas por escrito.
- B) O Procurador poderá usar da palavra em qualquer momento, inclusive em sessões secretas.
- C) O Procurador tem direito de preferência na votação de matérias administrativas.
- D) O Procurador pode pedir preferência para julgamento de processos em pauta.
- E) O Procurador não participa das sessões administrativas, apenas das judiciais.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O art. 23 prevê manifestação oral do Procurador, sempre que houver interesse do Ministério Público.

Alternativa B – Incorreta. O uso da palavra está limitado às sessões públicas e quando houver interesse do MP.

Alternativa C – Incorreta. O Procurador não vota, tampouco tem preferência nas votações.

Alternativa D – Correta. Conforme art. 23, parágrafo único, o Procurador pode pedir preferência para julgamento de processos.

Alternativa E – Incorreta. A participação nas sessões depende de previsão legal, e não é limitada exclusivamente às judiciais.

GABARITO: LETRA D

25. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Nos termos do Regimento Interno do TJPR, qual é a conduta prevista quando o Procurador de Justiça deve se manifestar antes do julgamento?

- A) O Revisor encaminha os autos diretamente ao Relator.
- B) O Relator requisita os autos ao Revisor antes do julgamento.
- C) O Relator deve abrir vista ao Procurador antes de pedir dia para julgamento.
- D) O Presidente deve decidir sobre a ordem das manifestações.
- E) A manifestação do Procurador é sempre posterior ao julgamento.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A atuação do Revisor ocorre após a manifestação do Procurador.

Alternativa B – Incorreta. A ordem correta é o Relator abrir vista ao Procurador.

Alternativa C – Correta. O art. 22 determina que o Relator abrirá vista ao Procurador antes de pedir dia para julgamento ou passar os autos ao Revisor.

Alternativa D – Incorreta. A ordem é definida pelo Regimento, não por decisão do Presidente.

Alternativa E – Incorreta. A manifestação do Procurador é anterior ao julgamento.

GABARITO: LETRA C

26. (ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa correta quanto à sede e à competência do Tribunal.

- A) O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tem sede no interior e competência em parte do território estadual.
- B) A sede do TJPR é em Curitiba, com competência restrita à Região Metropolitana.
- C) A sede do Tribunal é em Curitiba, e sua competência alcança todo o território estadual.
- D) A competência do Tribunal é limitada às capitais de comarca.
- E) A competência do Tribunal se limita às seções cíveis e criminais da capital.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Tribunal tem sede na capital e competência em todo o território estadual.

Alternativa B – Incorreta. A competência não é restrita à Região Metropolitana.

Alternativa C – Correta. Conforme artigo 3º, a sede é na capital e a competência é estadual.

Alternativa D – Incorreta. O texto legal não impõe essa limitação territorial.

Alternativa E – Incorreta. O TJPR tem competência geral, não restrita às suas seções.

GABARITO: LETRA C

27. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Sobre a composição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme o Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- A) O Tribunal é composto exclusivamente por Desembargadores e Câmaras Criminais.
- B) O Tribunal é composto por 135 Desembargadores, diversas seções, câmaras e órgãos administrativos.
- C) A estrutura do Tribunal é formada apenas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.
- D) O Conselho da Magistratura e a Ouvidoria não integram a composição formal do Tribunal.
- E) O número de Desembargadores não é fixado no Regimento Interno.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. A composição é mais ampla, incluindo câmaras cíveis, seções, órgãos administrativos e colegiados.

Alternativa B – Correta. O artigo 4º enumera todos os componentes do TJPR, incluindo 135 Desembargadores.

Alternativa C – Incorreta. A composição inclui mais órgãos além desses.

Alternativa D – Incorreta. Ambos integram o Tribunal, conforme previsto no art. 4º.

Alternativa E – Incorreta. O número de Desembargadores é fixado no art. 4º, inciso X.

GABARITO: LETRA B

28. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme o Regimento Interno do TJPR, nas sessões solenes, os lugares da mesa são ocupados:

- A) De acordo com a preferência do Presidente.
- B) Seguindo o critério de antiguidade dos membros presentes.
- C) Conforme estabelecido em protocolo especificamente organizado.
- D) Por ordem de inscrição entre os membros da cúpula diretiva.
- E) Alternadamente entre membros da Seção Cível e Seção Criminal.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Presidente não escolhe livremente os lugares.

Alternativa B – Incorreta. Antiguidade não é o critério estabelecido para sessões solenes.

Alternativa C – Correta. O artigo 7º dispõe que os lugares são definidos conforme protocolo previamente estabelecido.

Alternativa D – Incorreta. A ocupação da mesa não depende de inscrição.

Alternativa E – Incorreta. Essa regra não está prevista no art. 7º.

GABARITO: LETRA C

29. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Assinale a alternativa correta com base no art. 8º do Regimento Interno do TJPR.

- A) O Presidente não participa das sessões do Tribunal Pleno.
- B) O Presidente pode presidir apenas sessões administrativas.
- C) O Presidente preside todas as sessões das quais participar.
- D) O Presidente preside apenas o Órgão Especial.
- E) O Presidente não pode presidir sessões do Conselho da Magistratura.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Incorreta. O Presidente participa e preside o Tribunal Pleno.

Alternativa B – Incorreta. A competência do Presidente não está limitada às sessões administrativas.

Alternativa C – Correta. O artigo 8º estabelece que o Presidente presidirá todas as sessões das quais participar.

Alternativa D – Incorreta. O Presidente preside não apenas o Órgão Especial, mas também outras sessões.

Alternativa E – Incorreta. O Presidente pode presidir as sessões do Conselho da Magistratura.

GABARITO: LETRA C

30. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Segundo o art. 9º do Regimento Interno do TJPR, assinale a alternativa incorreta.

- A) O Presidente não integra as seções ou câmaras do Tribunal.
- B) Ao deixarem os cargos, os membros da cúpula diretiva retornam aos lugares deixados pelos novos eleitos.
- C) O Corregedor-Geral participa da distribuição de processos do Órgão Especial.
- D) O 1º e 2º Vice-Presidentes não integram as seções e câmaras.
- E) O Presidente, ao deixar o cargo, passa a ocupar o lugar deixado pelo novo eleito.

COMENTÁRIOS:

Alternativa A – Correta. O artigo 9º estabelece que o Presidente, os Vice-Presidentes e os Corregedores não integram as seções ou câmaras.

Alternativa B – Correta. Ao deixarem os cargos, voltam aos seus lugares anteriores, conforme o mesmo artigo.

Alternativa C – Incorreta. O parágrafo único do art. 9º expressamente afirma que o Corregedor-Geral não integra a distribuição de processos do Órgão Especial.

Alternativa D – Correta. Ambos os Vice-Presidentes estão excluídos das seções e câmaras.

Alternativa E – Correta. Está em conformidade com o previsto no caput do artigo 9º.

GABARITO: LETRA C